Ventos do Sul Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
31 de Março de 2022 e Relatório sobre
a Revisão de Informações Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 -
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 11 de maio de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

2022PA014357

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ANÁLISE DE RESULTADOS
VENTOS DO SUL ENERGIA S.A

No primeiro trimestre do exercício de 2022, o lucro líquido foi de R$ 16.418 representando um aumento de 105,6% (R$ 8.433) quando comparado ao mesmo período do exercício anterior no qual o montante registrado foi de R$ 7.985.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO	**1º Trimestre**		
	2022	**2021**	**AH%**
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**53.218**	**35.324**	**50,7%**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(5.041)	(3.561)	41,6%
Receita Operacional Líquida	**48.177**	**31.763**	**51,7%**
Custo da Operação	(18.348)	(15.300)	19,9%
LUCRO BRUTO	**29.829**	**16.463**	**81,2%**
Despesas / Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	(1.328)	(1.457)	(8,9%)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.325	1.141	16,1%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**29.826**	**16.147**	**84,7%**
Receitas financeiras	1.643	125	1.214,4%
Despesas financeiras	(6.602)	(4.182)	57,9%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**24.867**	**12.090**	**105,7%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(8.449)**	**(4.105)**	**105,8%**
Corrente	(8.520)	(4.181)	103,8%
Diferido	71	76	(6,6%)
Lucro Líquido do Período	**16.418**	**7.985**	**105,6%**
Lucro por ações			
Lucro Líquido Básico por ação	**0,12**	**0,06**	**105,6%**
Lucro Líquido Diluído por ação	**0,12**	**0,06**	**105,6%**

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
Lucro Líquido	**16.418**	**7.985**
Depreciação e amortização	5.104	5.019
Resultado Financeiro	4.959	4.057
Contribuição Social	2.238	1.089
Imposto de renda	6.211	3.016
EBITDA	**34.930**	**21.166**
Margem EBITDA	72,5%	66,6%

RECEITA BRUTA

A receita bruta registrada no primeiro trimestre de 2022 foi de R$ 53.218, representando um aumento de 50,7% (R$ 17.894) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 35.324.

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

O total de deduções de receita bruta registrada no primeiro trimestre de 2022 foi de R$ 5.041, representando um aumento de 41,6% (R$ 1.480) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 3.561.

CUSTO DA OPERAÇÃO

O custo de operação registrado no primeiro trimestre de 2022 foram de R$ 18.348, representado um incremento de 19,9% (R$ 3.048) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 15.300.

GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Os gastos gerais e administrativos registrados no primeiro trimestre de 2022 foram de R$ 1.328, apresentando uma redução de 8,9% (R$ 129) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 1.457.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado no primeiro trimestre de 2022 se apresentou negativo R$ 4.959, representando um incremento de 22% (R$ 902), quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 4.057.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA

As despesas com tributos sobre o resultado no primeiro trimestre de 2022 somaram R$ 8.449, representando um aumento de 105,8% (R$ 4.344) quando comprado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 4.105. Este aumento reflete principalmente aos efeitos da variação no Lucro Antes dos tributos.

EBITDA

O EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) apurado no primeiro trimestre de 2022 foi de R$ 34.930, representando uma margem de EBITDA de 72,5% em relação a receita liquida. Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, o mesmo apresentou um aumento de 65%, período no qual o montante apurado foi de R$ 21.166.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	52.884	11.995
Contas a receber de clientes	6	30.640	31.621
Despesas antecipadas		374	712
Impostos a recuperar	7	1.720	210
Créditos diversos		14	45
Total		85.632	44.583
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	8	34.917	34.155
Impostos a recuperar	7	1.181	1.169
Outros Créditos		81	80
IRPJ e CSLL diferidos	9	1.116	1.045
Arrendamentos	14	3.768	3.083
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	264.257	268.945
Total		305.377	308.534
TOTAL		391.009	353.117

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		1.279	1.370
Contas a pagar - Eletrobras	11	53.092	39.047
Debêntures	12	55.139	50.535
Impostos a recolher		684	1.266
Provisão IRPJ e CSLL	9	2.812	752
Partes relacionadas	21	974	1.572
Dividendos a pagar	21	38.529	38.529
Outras obrigações		485	905
Provisões		650	650
Arrendamentos	14	689	363
Total		154.333	134.989
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	12	169.503	167.838
Arrendamentos	14	3.463	3.074
Provisão para Desmobilização	10.3	7.606	7.530
Total		180.572	178.442
Total do Passivo		334.905	313.431
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	964	964
Reservas de lucro		55.140	38.722
Total do patrimônio líquido		56.104	39.686
TOTAL		391.009	353.117

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE MARÇO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Receita Operacional Líquida	16	48.177	31.763
Custo da Operação	18	(18.348)	(15.300)
LUCRO BRUTO		29.829	16.463
Despesas / Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	18	(1.328)	(1.457)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	1.325	1.141
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		29.826	16.147
Receitas financeiras	19	1.643	125
Despesas financeiras	19	(6.602)	(4.182)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		24.867	12.090
Imposto de Renda e Contribuição Social	9		
Corrente		(8.520)	(4.181)
Diferido		71	76
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		16.418	7.985
LUCRO POR AÇÃO			
Lucro Líquido Básico por ação	20	0,12	0,06
Lucro Líquido Diluído por ação	20	0,12	0,06

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE MARÇO DE 2021
(Em milhares de reais - R$)

	31/03/2022	31/03/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.418	7.985
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	16.418	7.985

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucro			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		964	193	32.890	-	34.047
Lucro líquido do período		-	-	-	7.985	7.985
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2021		964	193	32.890	7.985	42.032
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		964	193	38.529	-	39.686
Lucro líquido do período	15	-	-	-	16.418	16.418
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2022		964	193	38.529	16.418	56.104

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE MARÇO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		16.418	7.985
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	8.449	4.105
Crédito de Pis e Cofins		(360)	(432)
Juros sobre a dívida	19	6.134	3.822
Despesas (Receitas) Financeiras		-	82
Despesas Financeiras com Desmobilização	19	75	53
Despesas Finan. Arrendamento	19	107	90
Depreciação Arrendamento	14	46	37
Amortização Desmobilização	10	96	137
Depreciação e amortização	10	4.962	4.845
		35.927	20.724
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		981	(5.238)
Créditos diversos		31	(128)
Impostos a recuperar		(1.522)	(3.742)
Despesas antecipadas		338	356
Fornecedores		(91)	(130)
Contas a pagar - Eletrobras		14.045	16.593
Impostos a recolher		(582)	(1.130)
Partes Relacionadas		(598)	(4.017)
Outras obrigações		(420)	(131)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		48.109	23.157
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(6.460)	(2.856)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		41.649	20.301
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10	(10)	(45)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		(10)	(45)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de Arrendamento	14	(123)	(102)
Comissionamento	12.2	135	135
Aplicaçoes financeiras vinculadas		(762)	(181)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(750)	(148)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		40.889	20.108
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	11.995	22.240
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	52.884	42.348

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE MARÇO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2022	31/03/2021
RECEITAS	54.543	36.465
Vendas de energia	53.218	35.324
Outras receitas	1.325	1.141
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	14.086	11.362
Custos da Operação	12.815	9.979
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.271	1.383
VALOR ADICIONADO BRUTO	40.457	25.103
Depreciação e Amortização	5.104	5.019
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	35.353	20.084
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.643	125
Receitas financeiras	1.643	125
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	36.996	20.209
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	36.996	20.209
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	13.490	7.666
Federais	13.490	7.666
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	7.088	4.558
Juros	6.602	4.182
Aluguéis	486	376
REMUNERAÇAO DE CAPITAIS PROPRIOS	16.418	7.985
Lucro retido	16.418	7.985
	36.996	20.209

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO 2022
(Em milhares de reais – R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiaria da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G.	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n. º 2879/2020 é valido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 14 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2021), a geração média anual equivale a 381 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 68.701 em 31 de março de 2022 (R$ 90.406 em 2021).

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras intermediarias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas informações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

Os ativos da companhia seguem em operação, apresentando uma taxa de disponibilidade superior a 98%, que índica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período, mantendo o seu desempenho conforme o esperado e sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base da preparação

As informações Intermediarias - ITR estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições contidas no CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting , emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.. As ITR também foram preparadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que foram utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2021, que não sofreram modificações nos primeiros três meses de 2022, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2021.

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 11 de maio de 2022.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediarias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período findo em 31 de março de 2022, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao período findo em 31 de março de 2022 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

(I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.

(II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.

(III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual.

(IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido.

(V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato.

(VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) -Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.

(VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.

(VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.

(IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estimada a taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo de caixa e bancos	60	61
Aplicações financeiras	52.824	11.934
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	52.884	11.995

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/2022	31/12/2021
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	106,23 % do CDI a.a.	32	31
Banco Itaú	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	100,11% do CDI a.a.	52.792	11.903
				52.824	11.934

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás:

	31/03/2022	31/12/2021
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	30.640	31.621

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de março de 2022.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	31/03/2022	31/12/2021
IR a compensar	2.123	1.283
CSLL a compensar	778	96
	2.901	1.379
Circulante	1.720	210
Não Circulante	1.181	1.169
	2.901	1.379

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI.

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/2022	31/12/2021
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	100,11% do CDI a.a.	34.917	34.155

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes dos tributos	24.867	12.090
Alíquota combinada de impostos	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(8.455)	(4.111)
Outras diferenças permanentes líquidas	6	6
Imposto de renda e contribuição social	(8.449)	(4.105)
Corrente	(8.520)	(4.181)
Diferido	71	76
Total	(8.449)	(4.105)
Alíquota efetiva	(33,98%)	(33,95%)

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 21:

	31/03/2022			31/12/2021		
Ativo Diferido	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças Temporárias	821	295	1.116	768	277	1.045
Ativo Não Circulante	821	295	1.116	768	277	1.045

	Realização do ativo diferido
2022	1.116
Total	1.116

10 IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		31/03/2022			31/12/2021
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	843	(772)	71	70
Máquinas e equipamentos	10%	1.882	(1.008)	874	920
Móveis e utensílios	10%	823	(758)	65	72
Instalações	10%	300	(183)	117	123
Veículos	20%	129	(123)	6	13
Operação do sistema:					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.874	(45.608)	39.266	39.934
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(381.423)	218.182	222.042
Desmobilização		6.878	(1.202)	5.676	5.771
		695.334	(431.077)	264.257	268.945

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2020	43.603	246.047	289.650
Adições	463	-	463
Baixa Desmobilização	-	(2.453)	(2.453)
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(548)	(548)
Depreciação do exercício	(2.934)	(16.670)	(19.604)
Saldo em 31/12/2021	41.132	227.813	268.945
Adições	10	-	10
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	360	360
Amortização Desmobilização	-	(96)	(96)
Depreciação do período	(743)	(4.219)	(4.962)
Saldo em 31/03/2022	40.399	223.858	264.257

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 223.858 (R$ 227.813 em 2021) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de março de 2022.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,82% em 2022, 99,13 % em 2021 e 99,06% em 2020, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão Passiva de Desmobilização	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.530
Despesa Financeira	76
Saldo em 31 de março de 2022	7.606

11 CONTAS A PAGAR - ELETROBRÁS

	31/03/2022	31/12/2021
Contas a pagar - Eletrobras	53.092	39.047

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12 DEBÊNTURES

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019.Em dezembro de 2021 foi efetivada a quinta amortização de debentures.

Abaixo é demostrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	227.000	(575)	148.073	4.558	152.056
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	98.000	(1.312)	73.207	691	72.586
			325.000	(1.887)	221.280	5.249	224.642

	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	55.139	50.535
Não Circulante	169.503	167.838
Total Debêntures	224.642	218.373

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2023	53.595
2024	57.032
2025	58.876
Total Passivo não Circulante	169.503

12.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures

Saldo inicial - 31/12/2020	257.363
Juros Incorridos	3.823
Custo de Captação a apropriar	135
Saldo final - 31/03/2021	261.321
Saldo inicial - 31/12/2021	218.373
Juros Incorridos	6.134
Custo de Captação a apropriar	135
Saldo final - 31/03/2022	224.642

12.3. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);

iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/21 a Companhia cumpriu as cláusulas de *covenants* pré-estabelecidas. Tendo em vista que a exigibilidade de comprimento é anual, para o exercício social de 2022 a companhia vem acompanhando os índices financeiros.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 15).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	31/03/2022	31/12/2021
Dívida (a)	224.642	218.373
Caixa, Equivalentes e aplicações vinculadas (b)	87.801	46.150
Dívida líquida	136.841	172.223
Patrimônio líquido (c)	56.104	39.686
Índice de endividamento líquido	2,44	4,34

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O valor é composto de caixa e equivalentes e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	31/03/2022	31/12/2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de Caixa	2	52.884	11.995
Aplicações financeiras vinculadas	2	34.917	34.155
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber de Clientes	-	30.640	31.621
Total dos ativos financeiros		118.441	77.771
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	1.279	1.370
Contas a pagar - Eletrobras	-	53.092	39.047
Partes relacionadas e dividendos a pagar	-	39.503	40.101
Debentures	-	224.642	218.373
Outras obrigações	-	485	905
Total dos passivos financeiros		319.001	299.796

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de março de 2022, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil similar ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de março de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/03/2022
Passivos					
Fornecedores	1.279	-	-	-	1.279
Contas a pagar - Eletrobras	26.546	26.546	-	-	53.092
Partes Relacionadas e dividendos	39.503	-	-	-	39.503
Outras obrigações	485	-	-	-	485
Debentures	35.282	35.858	68.989	155.119	295.248
	103.095	62.404	68.989	155.119	389.607

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do período findo em 31 de março de 2022:

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	34.917
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	9,05%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	4,53%
	Perda	(1.580)

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
	Passivo Financeiro	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	152.056
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	9,80%
	Efeito anual nas Debêntures	4,53%
	Perda	(6.881)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	72.586
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	7,15%
	Efeito anual nas Debêntures	1,95%
	Perda	(1.415)

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação".

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	31.03.2022				2021
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2040	1.017	(113)	904	635
Contrato de Locação	Até 2041	1.030	(99)	931	776
Contrato de Locação	Até 2042	1.296	(128)	1.168	969
Contrato de Locação	Até 2045	860	(95)	765	703
		4.203	(435)	3.768	3.083

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2020	2.722
Adição	508
Depreciação	(36)
Saldo em 31/03/2021	3.194
Saldo em 31/12/2021	3.083
Adição	731
Depreciação	(46)
Saldo em 31/03/2022	3.768

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	34	2.949	2.983
Adição	-	508	508
Juros	-	89	89
Transferências	365	(365)	-
Amortizações	(102)	-	(102)
Saldo em 31/03/2021	297	3.181	3.478
Saldo em 31/12/2021	363	3.074	3.437
Adição	-	731	731
Juros	-	107	107
Transferências	449	(449)	-
Amortizações	(123)	-	(123)
Saldo em 31/03/2022	689	3.463	4.152

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de março 2022.

	2022
Passivo "leasing" saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	4.152
Com efeito da inflação	4.438
	6,90%
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	3.768
Com efeito da inflação	4.028
	6,90%
Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	107
Com efeito da inflação	114
	6,90%
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	46
Com efeito da inflação	49
	6,90%

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no período:

	31/03/2022	31/03/2021
Despesa Arrendamentos	429	302

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial – Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R$ 38.529 que terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração.

c) Distribuição de lucro:

c.1) A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos de 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos.

c.2) Lucro Líquido do período – A Companhia obteve o lucro líquido de R$ 16.418, o qual será mantido na rubrica de lucros acumulados, até o encerramento do exercício de 2022.

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	16.418	7.985
Lucros acumulados	16.418	7.985
	16.418	7.985

16. RECEITA

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	31/03/2022	31/03/2021
Receita Bruta		
Venda de energia	53.218	35.324
Impostos sobre vendas	(5.041)	(3.561)
Receita líquida	48.177	31.763

17. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

18. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	31/03/2022	31/03/2021
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	18.348	15.300
Gerais e Administrativas	1.328	1.457
Outras receitas operacionais líquidas	(1.325)	(1.141)
Total	18.351	15.616
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	9.796	7.309
Encargos Uso do Sistema e Produção	3.019	2.670
Arrendamentos	429	302
Depreciação	5.104	5.019
Despesa com Seguros	354	367
Despesa com Serviços Profissionais	432	398
Outras Despesas Administrativas	542	692
Outras receitas operacionais líquidas	(1.325)	(1.141)
Total	18.351	15.616

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E VARIAÇÃO CAMBIAL

	31/03/2022	31/03/2021
Receitas aplicações financeiras	1.626	122
Outras Despesas (Receitas)	17	3
Receitas financeiras	1.643	125
Juros sobre a dívida	(6.134)	(3.822)
Comissionamento	(135)	(135)
Despesa Financeira com Desmobilização	(75)	(53)
Despesas Financeira com Passivo de Arrendamento	(107)	(90)
Outros	(151)	(82)
Despesas financeiras	(6.602)	(4.182)

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos, logo não existe há instrumentos com efeito diluído.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 -Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	31/03/2022	31/03/2021
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas	16.418	7.985
Denominador		
Número de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	0,12	0,06

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE G com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

21.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Elecnor do Brasil Ltda	132	132
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	842	1.440
Totais	974	1.572

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado		
Custo da Operação		
Aquisição de Serviços		
Wobben Windpower Ltda	6.337	4.747
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	2.888	2.049
Elecnor do Brasil Ltda	444	393
Totais	9.669	7.189

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

21.2. Dividendos

A Companhia mantém saldo de dividendos a pagar no valor de R$38.529 que serão pagos em 2022 para os acionistas como demonstrado abaixo:

	Dividendos a pagar para Acionistas	
	31/03/2022	31/12/2021
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	3.853	3.853
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G	3.853	3.853
Rio Sul 1 Energia Ltda	30.823	30.823
Totais	38.529	38.529

21.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Trata-se dos créditos PIS e COFINS sobre a Depreciação e insumos de operação.

	31/03/2022	31/03/2021
Créditos de Pis e Cofins	1.325	1.141

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/03/2022
Encargos de Transmissão	3.019
Arrendamentos	429
Wobben Windpower	2.112
Total	5.560

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de abril de 2022 a Companhia se reuniu para deliberar a aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, e deliberar sobre a destinação e distribuição do resultado líquido do exercício de 2021. Foi aprovada distribuição de dividendos no montante de R$ 77.058, observada a obrigação constante no artigo 193 da Lei 6.404/1976 pela constituição de reserva legal, que serão distribuídos como dividendos a se realizar em parcelas ao longo do exercício de 2022 e de forma proporcional à participação de cada acionista na Companhia.